



Exma. Senhora Presidente da
Assembleia Legislativa da
Região Autónoma dos Açores

N/ref: 189 RPPCP/XI/2017
Data: 11 de Novembro de 2017
Assunto: Apresentação de Requerimentos

Exma. Senhora Presidente:

Ao abrigo do artigo 182º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a Representação Parlamentar do PCP apresenta os dois Requerimentos anexos ao presente ofício.

Com os melhores cumprimentos,

Santa Cruz das Flores, 11 de Novembro de 2017

O Deputado do PCP Açores

João Paulo Corvelo

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada 3418	Proc. n.º 54.04-02
Data: 01/11/13	N.º 342/XI

Requerimento

Considerando que a SINAGA, empresa centenária que marcou a história do desenvolvimento industrial e agrícola nos Açores desde o século XIX, particularmente em São Miguel, constituiu um papel social e económico relevante durante décadas que marcou gerações de trabalhadores e de produtores agrícolas.

Considerando que é conhecida publicamente a grave situação económico-financeira da SINAGA, uma situação que se arrasta e degrada desde há muito e cuja principal razão tem sido o total desinvestimento, primeiro pelo capital privado depois pela governação regional.

Considerando que o Governo Regional, e bem, assumiu uma grande responsabilidade pela única agroindústria não-leiteira da Região, quando adquiriu a maioria do capital desta empresa.

Considerando que o Governo agiu supostamente para salvar a empresa, salvaguardando os postos de trabalho e este importante setor produtivo com cerca de 200 produtores de beterraba.

Considerando que a recuperação da empresa não aconteceu, antes pelo contrário, a sua decadência manteve-se e agravou-se. Nem um cêntimo foi investido, desde há muitos anos, em equipamentos, infraestruturas, maquinaria ou formação profissional de novos trabalhadores, substitutos dos que se foram reformando.

Considerando que a solução poderia passar pelo investimento na construção de uma nova fábrica para a SINAGA, uma solução inclusive anunciada pelo próprio Governo Regional em Junho de 2016 e que já deveria ter avançado há muitos anos para que este importante setor produtivo tivesse continuidade sustentabilidade.

Considerando que têm sido os trabalhadores que têm mantido viva a SINAGA, fazendo tudo o que é possível, e mesmo o impossível, incluindo abdicar de aumentos salariais para garantir a sobrevivência da empresa e suportando ilegalidades quanto aos seus direitos não sendo ressarcidos por eles.

Considerando que a SINAGA, agora à beira do colapso, pela inércia e falta de estratégia do Governo e das sucessivas administrações da sua confiança, apesar dos sucessivos apelos para medidas de emergência para a recuperação e desenvolvimento da empresa e deste sector.

Considerando que o Governo Regional, com esta postura não quis acautelar a produção agrícola e industrial regional e que nada fez para salvaguardar o setor agroindustrial e apenas decide agora manter um resquício da sua atividade com o mínimo de trabalhadores.

Considerando que o anúncio do fim da laboração com beterraba sacarina é mais uma machadada na agricultura regional, em particular na agricultura micalense.

Perante a decisão agora anunciada é exigível ao Governo Regional explicações cabais sobre a opção que foi tomada e sobre o futuro deste processo.



Assim, a Representação Parlamentar do PCP, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, solicita ao Governo Regional as seguintes informações:

Quais as alternativas que o Governo Regional procurou antes de enveredar por esta solução? Ouvia os representantes dos trabalhadores e dos produtores agrícolas, que resultados obtiveram?

Houve, ou há, algum estudo de viabilidade para uma solução a longo prazo, nomeadamente para o investimento numa nova fábrica, que ampliasse e desenvolvesse novas produções afins à fileira do açúcar e do álcool?

Esse investimento poderia ser projetado com fundos comunitários no Quadro Comunitário de Apoio 2014-2020? Qual a razão de não ter sido considerado?

Porque nunca foi considerada qualquer verba no plano de investimentos do Orçamento regional, nem mesmo quando anunciou um investimento de 10 milhões de euros na atual fábrica?

Qual a razão de uma participação no capital social da empresa Melo Abreu, de capital privado, numa situação de dificuldades financeiras da SINAGA e que benefícios trouxe à empresa?

Porque não tem sido subsidiada a produção de beterraba e desde há muito se subsidia o arrendamento, quando isso não incentiva o processo produtivo?

Que projeto e intenções tem o Governo para o imenso e rico património da SINAGA?

O que vai o Governo Regional fazer no sentido de dar satisfação urgente aos direitos devidos aos trabalhadores, responder às suas justas interrogações em relação à sua situação laboral e à situação da empresa?

Santa Cruz das Flores, 11 de Novembro de 2017

O Deputado do PCP Açores

(João Paulo Corvelo)